



**SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO**

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA

Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

[www.ste.pt](http://www.ste.pt) / [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt)

## **MACÁRIO CORREIA CHAMOU A ATENÇÃO PARA DISFUNÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO**

Macário Correia, presidente da Câmara Municipal de Faro, veio ao seminário do STE defender mais competências para os municípios, porque **“o País não perdia nada se tivesse maior coesão social”**.

Defendeu o fim dos distritos, a partir dos quais são eleitos os deputados e que “só favorecem capelinhas partidárias”. O fim das assembleias distritais, cuja função “foi sendo esvaziada sucessivamente ao longo dos anos”, e que “o que é caricato”, apesar de sucessivos pedidos nesse sentido “o Estado não sabe como acabar com elas”.

Para Macário Correia a figura do governador civil também já não faz sentido. Disse aos participantes no seminário que PS e PSD chegaram a ter em cima da mesa a proposta para a sua extinção, mas recuaram sempre, pela alegada necessidade no pagamento de favores partidários.

O autarca defendeu mais poderes para os municípios e que afastem a Administração de incongruências como estas: “Nas escolas chega a haver três tutelas diferentes: O professor depende do Estado e funcionários que lhe estão adstritos dependem da



## **SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO**

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA

Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

[www.ste.pt](http://www.ste.pt) / [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt)

Câmara e da Direcção-Geral da Educação”. Um bico-de-obra para tomar decisões.

E Macário Correia contou também o caso das praias, que dependem das câmaras, mas cuja realidade comercial está fora da sua alçada. Por exemplo, “vender bolas de Berlim” depende da autoridade marítima, mas não da autarquia. “Tudo isto é caricato, mas é verdade” – acrescentou.

Mas indicou mais exemplos: Ao nível do SIADAP as Câmaras avaliam os funcionários, mas não podem definir os objectivos; as Câmaras pagam aos funcionários dos refeitórios, mas delas não depende “o circuito das compras”.

Macário Correia disse desejar que, “em tempos de novo ciclo político”, estas questões possam ser repensadas e que a reforma da Administração Pública e a mobilidade entre a Administração Central e Local seja revista.

LISBOA, 2009-10-29

A DIRECÇÃO